moral, os contos de fadas mostra, de uma forma lúdica, o medo da morte, a falta da mãe, amizade, bondade e tantos outros sentimentos e enquanto a criança se diverte lendo ou ouvindo histórias, estão sendo esclarecidas duvidas e indagações de sua própria vida, favorecendo o desenvolvimento de sua personalidade.

Através dos contos de fadas podemos estimular ainda mais a criatividade da criança de forma espontânea e informal, e também ajudá-la em seu equilíbrio emocional, desenvolvendo sua capacidade de reflexão, auxiliando seu aspecto emocional e aprendizados que lhe acompanharão no decorrer de sua vida internalizando-as e crendo que seus esforços sempre lhe conduzirão a um final feliz, apesar de todos os reveses da vida.

Referências:

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BETTELHEIM, Bruno. A Psicanálise dos Contos de Fadas. 13º edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GÓES, P. L. Introdução à Literatura Infantil e Juvenil. São Paulo: Pioneira, 1991.

LAJOLO, M. ZILBERMAN, R. Literatura Infantil Brasileira. 3º edição. Ática, 1987. FRANZ, Marie Louise Von. A interpretação dos Contos de Fadas. Rio de Janeiro: Achimé, 1981.

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil-Gostosuras e Bobices. São Paulo: Scipione, 1995.

PERRAULT, Charles. Contos de Fadas. São Paulo: Nacional, 2002.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular. 3 – A Etapa da Educação Infantil, 2020

A SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO INTEGRAL

ELISABETE APARECIDA JESUS DA SILVA

RESUMO

Este artigo tem o intuito de reflexão sobre a Educação Especial no âmbito social e educacional. Foi utilizado o método qualitativo de caráter bibliográfico, examinando-se através do estudo dos autores que foi e ainda continua sendo segregado da sociedade, mas esta situação precisa mudar principalmente no que concerne a educação, a propensão internacional designa para a inserção de crianças deficientes em escolas normais gradativamente. Para que isto aconteça, os educadores necessitam de contribuir para que o aluno deficiente possa ter garantido o seu direito à educação e assim se integrar socialmente. A família tem uma enorme importância na inserção adequada da criança no contexto sociocultural, incluindo o início da fase escolar. Nesse ambiente, é ideal que a família esteja engajada com os professores e outros profissionais da escola para que a criança se sinta incluída em todos os espaços e atividades escolares. Muitos estudiosos constataram que pessoas com síndrome de Down têm oportunidade de desenvolver suas potencialidades em diversas áreas do conhecimento, porém, muitos estudos ainda são necessários para esclarecer e tornar eficientes os profissionais

da saúde e educação na garantia de qualidade de vida dessas pessoas. Este estudo busca abordar os princípios e conceitos relacionados aos temas e trazer elementos que versam sobre o processo de Inclusão Escolar e a Educação Especial. A inclusão escolar depende da revisão das dinâmicas de funcionamento e dos paradigmas no contexto escolar, para assim favorecer a criação de ambientes inclusivos. Para que estas modificações ocorram é necessário romper algumas barreiras existentes no âmbito escolar, partindo para o princípio de igualdade, lidando e convivendo com as diferenças e buscando alternativas para a construção de uma escola inclusiva. O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todo o país no momento é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam serefetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (BRASIL, 2003, p. 24).

Palavras chaves: Síndrome de Down; Educação; Ensino Regular; Inclusão; Diversidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca, dentro de um ponto de vista investigativo, responder a uma necessidade que se tem e se faz sentir no campo da Educação Especial, por meio da pesquisa bibliográfica com estudo descritivo e exploratório, onde serão abordados os seguintes temas: educação especial, especificidades educacionais do aluno com deficiências, atuação profissional, as metodologias e os recursos específicos para o ensino.

A educação especial precisa ser analisada para que todos se conscientizem das necessidades sociais e educacionais que existiram e que ainda existem até hoje, por isso se procura pesquisar, para compreender como se deu o processo histórico e evolutivo das crianças portadoras de necessidades especiais em nossa sociedade e como se encontram as mesmas atualmente. Partindo desta perspectiva, procura-se saber como ocorreu um processo de inclusão dessas crianças portadoras de necessidades especiais na rede regular de ensino e que medidas devem ser tomadas para sua concretização. Sabe-se que cada criança apresenta especificidades diferentes, pois cada ser humano é único, especialmente aqueles que possuem algumas limitações que dificultam a sua relação com o outro.

Isto é válido também para o caso das pessoas com Síndrome de Down, que primeiramente, classificadas como débil, passaram a ser chamada de mongolóide, posteriormente de pessoas com Síndrome de Down e atualmente de pessoas com Necessidades Especiais (CRUICKSHANK, 1983; JANNUZZI,1992; MAZZOTTA, 1996). No entanto como descreve Schwartzman (1999), sabemos que a Síndrome de Down se trata de uma alteração genética, embora os portadores da Síndrome apresentem algumas dificuldades poderão fazer atividades e levar uma vida normal como qualquer outra pessoa. Não podemos negar que a pessoa Down apresente algumas limitações e até mesmo precise de condições especiais para aprendizagem, mas enfatizamos, que estes através de estimulações adequadas poderão se desenvolver, portanto, a estimulação é considerada importante para qualquer criança com ou sem atraso no seu desenvolvimento.

No conceito que define a integração escolar o educando deve estar preparado para a convivência com os demais, as características são pré-estabelecidas e o aluno é avaliado, podendo ser

aceito ou não, adaptar-se ou não, ao grupo das maiorias. Aquele que não se enquadrar nos padrões terá um atendimento à parte, separado dos demais. O conceito de inclusão escolar surge em interrupção ao processo de integração escolar, o foco é modificado e o problema passa do indivíduo para a sociedade (SANCHES, 2006, p. 68).

Castro e Gomes (2000) dizem: Um atraso poderá ser recuperado e, por si só, não implica que não venha a atingir o nível de excelência ao alcance do desenvolvimento normal. O atraso será por isso meramente quantitativo: menos desenvolvimento num dado momento, mas não um desenvolvimento diferente ou deficiente (CASTRO; GOMES, 2000, p.63).

É interessante destacar que as pessoas com a Síndrome de Down são vistas muitas vezes como umas doentes, tanto pelo âmbito familiar quanto pela sociedade. A sociedade ainda tem a ideia de um século atrás quando estas pessoas eram chamadas de "mongoloides" e acham que essas não podem relacionar-se assim como qualquer outra.

No conceito de inclusão escolar os alunos deficientes deveriam ter direito ao acesso e à permanência no sistema escolar, a preocupação visava somente os deficientes muitos alunos ainda continuavam excluídos dentro do sistema educacional. Possuir uma legislação específica para esse atendimento educacional especializado não se torna suficiente quando pensamos na diversidade e na realidade das escolas nos dias atuais. Uma mudança de concepção para uma educação inclusiva e a garantia de inclusão e sucesso educacional de todas as crianças, sejam elas deficientes ou não, traz alguns avanços significativos no processo de ensino-aprendizagem.

Quanto aos procedimentos metodológicos, Este trabalho apresenta como metodologia uma revisão bibliográfica e seu objetivo é apontar a importância da Educação Física na vida de crianças com Síndrome de Down.

A síndrome de Down (SD) é uma condição crônica que impõe múltiplos desafios não só à criança acometida, mas também a toda sua família. Trata-se de uma desordem cromossômica, a trissomia do cromossomo 21, cuja freqüência é de 1:750 nascidos vivos, tendo como fator de risco preponderante a idade materna avançada (³35 anos) (CAPONE, 2004; PUESCHEL, 1999).

Além disso, é importante que seja combinada entre os participantes a melhor forma de tornar a brincadeira inclusiva, ou seja, uma brincadeira em que todos possam participar. Um dos grandes desafios é avançar, a fim de possibilitar uma modificação sucessiva das estruturas, que estimule a consciência de uma educação racional, visando transformações enlaçadas em bases de direitos humanos e seus aspectos abrangentes (FORTES e DIEHL 2015, p.192).

A educação é caminho de transformação social do ser humano, portanto, somente por ela chega-se à assimilação dos conhecimentos técnicos-racionais e à reprodução de virtudes morais e sociais. Logo, a educação em direitos humanos associa as referências cognitivas à representação dos aspectos desdobrados da dignidade humana, do respeito, da cidadania e da socialização (FORTES e DIEHL 2015, p.195).

Entende-se por inclusão a garantia a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orien-

tada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo, na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (MEC, CNE, CEB, Parecer 17/2001 Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil na Educação Básica). Brincar é um meio privilegiado de inclusão das crianças com ou sem deficiência, de diferentes classes sociais, etnias e gênero. Ao brincar, aprende-se a incluir, a não discriminar, a não excluir, desde que na própria brincadeira seja respeitado o tempo de cada um, bem como o conhecimento de cada criança participante.

OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS DEFICIENTES DA ANTIGUIDADE À IDADE MÉDIA

Assim é sublinhada a história, pelo abuso, segregação, maus tratos, aniquilamento e desamparo das pessoas com deficiência. Fazendo uma retrospecção na história dos deficientes, conseguimos voltar à sociedade escravista, grega e romana nas quais existia uma supervalorização do corpo perfeito, desprezando ou afastando a criança em caso de deficiência, sendo essa conduta apoiada por lei.

Em Roma, Cícero declara que respaldados pelas Leis das Dozes Tábuas o pai que possuísse um filho monstruoso deveria matá-lo no instante que ele nascesse e que para as crianças nascidas imperfeitas "a morte é um refúgio seguro". Sêneca também fala sobre a morte dessas crianças certificando que: "os homens necessitam tomar certas atitudes que devem ser encaradas com naturalidade" e ainda "se nascerem defeituosos e monstruosos, afogamo- los; não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis" (CARVALHO, ROCHA e SILVA, 2006, p.23).

Em Atenas, Platão declara: "no que concerne aos que receberam corpo mal organizado, deixa-os morrer (...) Quanto às crianças doentes e as que sofrerem qualquer deformidade, serão levadas como convém, a paradeiro desconhecido e secreto". Para Aristóteles a deficiência: "Quanto a saber quais as crianças que se deve abandonar ou educar, deve haver uma lei que proíba alimentar toda a criança disforme" (CARVALHO, ROCHA e SILVA, 2006, p.22).

No final da antiguidade, ocorreu um modelo de institucionalização, salvaguardado pela igreja católica e investigada na Idade Média, em que os indivíduos com deficiência eram afastados da coexistência social e aprisionadas em hospitais, asilos ou hospícios em companhia de doentes ou agonizantes. Mesmo existindo esses ambientes de aprisionamento, a sociedade não possuía meios eficazes para executar o auxílio a todos os deficientes, sobrevivendo muitos deles na miséria. Para Carvalho, Rocha e Silva (2006), já no fim da Idade Média:

A pessoa com deficiência era vista sob aspecto místico. Ela poderia ser considerada como resultado da ação de forças demoníacas, como um castigo para pagamento de pecados seus ou de seus antepassados para que se manifestassem as obras de Deus (CARVALHO, ROCHA e SILVA, 2006, p.30).

Dessa forma, Vygotsky e seus companheiros empreendem pesquisas possuindo como guia a materialidade histórica e complementam que a deficiência tem origens orgânicas, mas, é o convívio social que estabelece as capacidades de progresso. O método de desenvolvimento de

todos os indivíduos é similar, o que necessita ser identificado são as formas para que este processo ocorra. Assim:

Uma das principais contribuições nesse sentido tem sido oferecida pela psicologia soviética ou histórico-cultural a qual propõe a abordagem sócio psicológica afirmando que os princípios para o desenvolvimento das pessoas com deficiência são os mesmos aplicados aos demais seres humanos (CARVALHO, ROCHA e SILVA, 2006, p.16).

A criança não nasce com órgãos aptos a realizar de repente as funções que são produto do desenvolvimento histórico dos homens e se desenvolvem no decurso da vida pela aquisição da experiência histórica. Os órgãos desta função são sistemas cerebrais funcionais que se formam no decurso do processo específico da apropriação a sua formação não se faz da mesma maneira em todas as crianças; segundo o modo como se processa o seu desenvolvimento, as condições em que ela se faz, podem ser formadas de maneira inadequada ou não se formar mesmo (LEONTIEV apud GUHUR, 2000, p.82).

Foi graças ao esforço da sociedade moderna que as primeiras instituições habilitadas de educação para deficientes são desenvolvidas. Os primeiros movimentos a respeito do atendimento educacional aos deficientes ocorreram na Europa e posteriormente, foram se ampliando, sendo direcionados aos Estados Unidos, Canadá e sucessivamente a outros países inclusive o Brasil.

O ENSINO INTEGRAL E A SÍNDROME DE DOWN

As características desta síndrome foram descritas pela primeira vez em uma publicação pelo médico inglês John Langdon Down em 1866, e por isso leva seu nome. Posteriormente à essa primeira descrição, outros registros sobre a Síndrome de Down foram publicados por Mitchell em 1876, e por Ireland em 1877, e reforçaram além das características físicas, a deficiência mental, considerando tais pessoas como "idiotas" (PUESCHEL, 2005).

Para Aristóteles a deficiência: Quanto a saber quais as crianças que se deve abandonar ou educar, deve haver uma lei que proíba alimentar toda a criança disforme" (CARVALHO, ROCHA e SILVA, 2006, p.22).

Esta nomenclatura "idiota" foi utilizada de 1886 a 1913 para se referir a pessoas com déficits intelectuais (COLL; PALACIOS; MARCHESI, 1995).

Quando se começou a investir na estimulação precoce para estimular o desenvolvimento dessas crianças e de suas potencialidades, a expectativa de vida aumentou notavelmente e, ainda que num ritmo mais lento, elas se mostraram capazes de superar as limitações e foram sendo integradas na sociedade.

Os acometimentos motores orais, como a hipotonicidade, contribuem para a ininteligibilidade da fala, os déficits de memória de curto-prazo e processamento auditivo relacionam-se com as outras dificuldades e as condições de desenvolvimento global e ambiental devem sempre ser consideradas (ANDRADE; LIMONGI, 2007; SCHWARTZMAN, 1999).

Em entrevista para o site Drauzio Varella o médico MUSTACCHI (2012) afirma: nos últimos 20 anos, pessoas sem a síndrome tiveram um ganho de sobrevida de dez anos, isto é, a expectativa de vida passou de 60 para 70 anos. Nesse mesmo período, a sobrevida na população com síndrome de Down foi de 25, 30 anos para 60,

65 anos. Portanto, elas ganharam 30 anos de sobrevida com qualidade graças à atenção médica e da família que passaram a receber (MUSTACCHI, 2012).

A INCLUSÃO NO ENSINO PÚBLICO

A Constituição não garante apenas o direito à educação, mas também o atendimento educacional especializado, ou seja, atendimento das especificidades dos alunos com deficiência, sem prejuízo da escolarização regular, já que o ensino fundamental, cuja faixa etária vai dos sete aos 14 anos de idade, é uma etapa considerada obrigatória pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seus artigos 4° e 6°, e pela Constituição, artigo 208 (BRASIL, 2004).

No artigo 205, trata do direito de todos à educação, visando ao "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 2004). Paralelamente a estes documentos, declarações internacionais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, reforçam movimentos em favor de uma educação inclusiva, afirmando uma situação de igualdade de direitos entre os cidadãos (OLIVEIRA, 2004).

No Brasil, a educação inclusiva que visa inserir as crianças com necessidades educacionais-especiais no ensino regular, fundamenta-se na Constituição Federal de 1988, a qual garante a todos o direito à igualdade (art. 5º).

Uma das principais contribuições nesse sentido tem sido oferecida pela psicologia soviética ou histórico-cultural a qual propõe a abordagem sócio psicológica afirmando que os princípios para o desenvolvimento das pessoas com deficiência são os mesmos aplicados aos demais seres humanos (CARVALHO, ROCHA e SILVA, 2006, p.16).

A criança não nasce com órgãos aptos a realizar de repente as funções que são produto do desenvolvimento histórico dos homens e se desenvolvem no decurso da vida pela aquisição da experiência histórica. Os órgãos desta função são sistemas cerebrais funcionais que se formam no decurso do processo específico da apropriação a sua formação não se faz da mesma maneira em todas as crianças; segundo o modo como se processa o seu desenvolvimento, as condições em que ela se faz, podem ser formadas de maneira inadequada ou não se formar mesmo. (LEONTIEV apud GUHUR, 2000, p.82).

Uma constatação: o fato é que (seja da ótica de quem vive, seja da ótica de quem vê) a deficiência, do ponto de vista psicológico, jamais passa em nuvens brancas. Muito pelo contrário: ameaça, desorganiza, mobiliza. Representa aquilo que foge ao esperado, ao simétrico, ao belo, ao eficiente, ao perfeito. E assim como quase tudo que se refere à diferença provoca hegemonia do emocional sobre o racional (AMARAL, 1995)

AS ETAPAS DA EVOLUÇÃO DA SÍNDROME DE DOWN

As razões pré-natais são aquelas processadas desde a fecundação da criança, e deve ter origem na mãe, no pai ou no decurso da primeira divisão celular (MARTINS, 2011; PUESCHEL, 1993).

A Síndrome de Down é uma circunstância resultante de uma deformação cromossômica no par 21, também definida como trissomiado 21.

Conforme, Assumpção (1990 apud MARTINS, 2011, p.16) "[...] É considerada a patologia mais frequente, associada a deficiência intelectual, sendo responsável por cerca de 18% a 20% dos casos de déficits intelectuais existentes".

A Síndrome está concatenada a incapacidade intelectual, devido ao excedente de elemento genético resultante de um cromossomo a mais no par 21, transportando para a criança uma deficiência na atividade intelectual. (PUESCHEL, 1993). Contudo, pesquisas atestam que não absolutamente seja o cromossomo extra inteiro o culpado pelo mau desempenho do organismo, que provoca graves distúrbios constatados em crianças com Síndrome de Down, mas sim, parte do braço longo deste segmento. (PUESCHEL, 1993).

Como a Síndrome de Down é resultado de uma imperfeição genética, não pode ser classificada como uma disfunção e os prováveis agentes biológicos ainda são ignorados pela ciência. Algumas pesquisas se reportam a condições ambientais ou exógenos e a condições endógenos, como um dos prováveis motivos a idade materna. (MARTINS, 2008; VOIVODIC, 2004).

A razão pela qual as mulheres mais velhas apresentam risco maior de terem filhos trissômicos se prende, possivelmente, ao fato de que seus óvulos envelhecem com elas, pois a mulher já nasce com todos os óvulos nos ovários. Desta forma, os óvulos de uma mulher de 45 anos são mais velhos do que os de uma de 20 anos. (SCHWARTZMAN, 2003, p.20- 21)

A EVOLUÇÃO DA INCLUSÃO EDUCACIONAL

Segundo Gardner (1995, p. 21): "Uma inteligência implica na capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que são importantes num determinado ambiente ou comunidade cultural". São, a princípio, sete: inteligência musical, corporal cinestésica, lógico-matemática, lingüística, espacial, interpessoal e intrapessoal. A inteligência musical é caracterizada pela habilidade para reconhecer sons e ritmos, gosto em cantar ou tocar um instrumento musical.

A escola deve investir no treinamento de seus profissionais, a fim de capacitá-los a lidar com a criança portadora da SD; além da equipe, a escola precisa preparar também os colegas de classe. (BUCKLEY; BIRD, 1998). Porém, vê-se que o que precede a todos estes componentes são a voluntariedade e o compromisso da instituição em aceitar estas crianças (CUCKLE, 1999). O ambiente escolar deve ser o local propício para todas as crianças se desenvolverem social, emocional e academicamente (BUCKLEY; BIRD, 1998).

Gardner (1995) ressalta que as inteligências são parte da herança genética humana, todas se manifestam em algum grau em todas as crianças, independente da educação ou apoio cultural. Assim, todo ser humano possui certas capacidades essenciais em cada uma das inteligências, mas, mesmo que um indivíduo possua grande potencial biológico para determinada habilidade, ele precisa de oportunidades para explorar e desenvolvê-la. "Em resumo, a cultura circundante desempenha um papel predominante na determinação do grau em que o potencial intelectual de um indivíduo é realizado" (GARDNER, 1995, p, 47).

INCLUSÃO E SUA AUTONOMIA

Segundo Kenny (1993, p. 436) a autonomia é, portanto, um conceito vital para a educação, pois é o único aspecto de ser um aluno sobre o

qual a educação pode se concentrar sem interferências prejudiciais, ou efeitos de condicionamento. Sob este ponto de vista, a autonomia não é apenas a liberdade de escolher entre materiais didáticos e metodologias, ou até mesmo para negociar um plano de estudos. É mais importante do que isso. Adaptando algumas famosas palavras de Carl Rogers, autonomia é a liberdade de aprender e a oportunidade de se tornar uma pessoa.

O acesso a recursos educacionais não é apenas um direito do cidadão com deficiência, mas também uma das vias que pode garantir o exercício de sua cidadania e a apropriação da mesma. Refletir sobre a integração da pessoa com deficiência mental implica necessariamente repensar o sentido atribuído à educação. Implica, portanto, atualizar nossas concepções e dar um novo significado aos propósitos educacionais, compreendendo a complexidade e a amplitude que envolve o processo de construção de cada indivíduo, seja ou não deficiente (BRASIL, 1998, p. 96).

Segundo os PCN (BRASIL, 1997, p. 18): A prática escolar tem evidenciado o que pesquisas científicas vêm comprovando: os sistemas educacionais experimentam dificuldades para integrar o aluno com necessidades especiais. Revelam os efeitos dificultadores de diversos fatores de natureza familiar, institucionais e socioculturais. A maioria dos sistemas educacionais ainda baseia-se na concepção médico psicopedagógico quanto à identificação e ao atendimento de alunos com necessidades especiais. Focaliza a deficiência como condição individual e minimiza a importância do fator social na origem e manutenção do estigma que cerca essa população específica. Essa visão está na base de expectativas massificadas de desempenho escolar dos alunos, sem flexibilidade curricular que contemple as diferenças individuais.

Por educação especial, modalidade da educação escolar entende-se um processoeducacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL- MEC/ SEESP, 2001, p. 1).

TECNOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM

Do mesmo modo, não defendem a concepção de que a escola dispõe sempre de uma estrutura apropriada ou realiza um fazer pedagógico adequado a que o educando deve se adaptar. Implica, sim, a convicção de que o aluno e a escola devem se aprimorar para alcançar a eficiência da educação a partir da interatividade entre esses dois atores. (BRASIL, 1998, p.16)

Segundo os PCN-EI: Nesse contexto, a ajuda pedagógica e os serviços educacionais, mesmo os especializados quando necessários – não devem restringir ou prejudicar os trabalhos que os alunos com necessidades especiais compartilham na sala de aula com os demais colegas. Respeitar a atenção à diversidade e manter a ação pedagógica “normal” parece ser um desafio presente na integração dos alunos com maiores ou menos acentuada dificuldades para aprender. (BRASIL, p. 24)

Os PCN-EI afirmam que: Alguns educadores defendem que uma escola não precisa preparar-se para garantir a inclusão de alunos com ne-

cessidades especiais, mas tornar-se preparada como resultado do ingresso desses alunos. Indicam, portanto, a colocação imediata de todos na escola. Entendem que o processo de inclusão é gradual, interativo e culturalmente determinado, requerendo a participação do próprio aluno na construção do ambiente escolar que lhe seja favorável. (BRASIL, 1998, p. 18).

As tecnologias estão presentes em cada uma das pegadas que o ser humano deixou sobre a terra, ao longo de toda a sua história. Desde um simples pedaço de pau que tenha servido de apoio, de bengala, para um homem no tempo das cavernas, por exemplo, até as modernas próteses de fibra de carbono que permitem, hoje, que um atleta com amputação de ambas as pernas possa competir em uma Olimpíada, disputando corridas com outros atletas sem nenhuma deficiência (LÉVY, 1999 apud GALVÃO FILHO, 2009, p. 38).

ÂMBITO INCLUSIVO

Ela constitui o corolário do equilíbrio de tais condições internas de aprendizagem com as condições externas de ensino inerentes ao indivíduo que ensina: como Piaget (1978) nos ajuda a compreender, a adaptação a situações e exige um equilíbrio e uma organização entre o processo de assimilação do exterior para o interior e de acomodação do interior para o exterior (SALES, 2018, p. 14).

O estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico, ou complexo e abstrato. O estudo de caso, quando qualitativo, se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.18).

As Unidades Escolares comprometidas com a educação no sentido da igualdade e da equidade vivem o desafio de enfrentar essa situação procurando modos de abordar e construir respostas. Durante muitos anos, a abordagem mais usual aos temas relativos à diferença e à diversidade foi a de não reconhecer os processos de exclusão social. Assim, as pessoas que viviam essas situações acreditavam que isso deveria ser um "problema" pessoal (SÃO PAULO, 2019, p. 32-33).

O desenvolvimento humano é um processo sociocultural no qual o homem se desenvolve a partir da apropriação que faz da cultura, apropriação esta que só é possível mediante um processo de relação com outros homens (TRINDADE, 2011).

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representavalores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS ADAPTAÇÕES CURRICULARES, 1999, p.17).

A inclusão é um conceito muito utilizado no campo educacional. Acredita-se que a escola, ao ser inclusiva, pode desempenhar um importante papel na luta contra a exclusão social e racial. Uma sociedade desigual produz exclusões. Nesse sentido, a Unidade Escolar como instituição social, apesar de seus limites, possui certa autonomia e pode contribuir para reduzir as discriminações e os preconceitos relacionados às diferenças biopsicossociais, culturais, etárias, econômicas, étnico-raciais, de gênero, linguísticas, religiosas, entre outros (MACHADO; ALMEIDA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o exposto; conclui-se que a inclusão inova e humaniza o âmbito escolar, preparando todos os alunos para a sociedade, ampliando todas as potencialidades dos alunos com deficiência intelectual, que não devem sofrer com as barreiras estruturais e atitudinais, quebrando paradigmas de uma sociedade eurocêntrica e hegemônica, não há dúvida que um conjunto de docentes comprometidos torna possível o ensino inclusivo. Através deste estudo, busquei entender e informar a importância do papel da escola na vida de um aluno com deficiência.

Em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de "normalidade" para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (BRASIL, 2001, p. 14).

Ao final desta pesquisa, fica-me o questionamento de que se possuir alunos com Síndrome de Down matriculados, torna uma escola, de fato, inclusiva. É necessário ter em mente que escola para todos é diferente de todos na escola. (RODRIGUES, 2003).

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. Introdução a tecnologia assistiva. Porto Alegre-RS, 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, M. D., FERREIRA, C. S., LOBATO, P. A., CARVALHO, F. L. Q.

Ferramentas aplicadas à Educação e Saúde em crianças com Síndrome de Down. 2017. Acesso em: 05 jun. 2020. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index. php/staes/article/view/3828.

CASTRO, S. L. & Gomes, I. Dificuldades de Aprendizagem da Língua Materna. Lisboa. Universidade Aberta, 2000.

COLL, César; PALÁCIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro (Orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

DIAS, T. S. et al. As contribuições da gameterapia no desempenho motor de indivíduo com paralisia cerebral. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 575-584, 2017.

DISCHINGER, Marta. Manual de acessibilidade para as escolas: o direito à escola acessível. Marta Dischinger; Vera Helena MoroBins Ely; Monna Michelle Faleiros da Cunha Borges. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2009.

DRAUZIO VARELLA - Convivência com crianças com Down | Entrevista - Acesso em 15 jun. 2020. Disponível em: https://drauzio-varella.uol. com.br/entrevistas-2/convivencia- com-criancas-com-down-entrevista/.

FONSECA, V. Educação especial: programa de estimulação precoce – Uma introdução as idéias de Feuerstein. 2. ed.rev. aum. Porto Alegre: ed. Artes Médicas, 1995.

GUHUR, M. L. P. Deficiência Mental sob